

PORTARIA Nº 108/2022

A CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Portaria nº 73/2021, publicada no D.O.E./TCE-CE de 22/02/2021, tendo em vista o que consta do Processo nº 03026/2022-6-TC; **RESOLVE conceder**, de acordo com o Resultado do Exame Pericial, datado de 03/02/2022, expedido pela Coordenadoria de Perícia Médica, da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (COPEM/SEPLAG/CE), à servidora SHEILA KAROL NUNES DE LIMA CASTELO, Analista de Controle Externo Ref. 12, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, desde 03 até 12/01/2022, na forma dos arts. 80, inciso I, e 88, da Lei nº 9.826/74.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de fevereiro de 2022.

Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

*** **

PORTARIA Nº 109/2022

A CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Portaria nº 73/2021, publicada no D.O.E./TCE-CE de 22/02/2021, tendo em vista o que consta do Processo nº 02902/2022-1-TC; **RESOLVE conceder**, de acordo com o Resultado do Exame Pericial, datado de 03/02/2022, expedido pela Coordenadoria de Perícia Médica, da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (COPEM/SEPLAG/CE), ao servidor ZIVALDO RODRIGUES LOUREIRO JÚNIOR, Técnico de Controle Externo Ref. 19, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, desde 17 até 26/01/2022, na forma dos arts. 80, inciso I, e 88, da Lei nº 9.826/74.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de fevereiro de 2022.

Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

*** **

PORTARIA Nº 110/2022

Cria o Grupo de Trabalho de Celeridade de Instruções – Apoio à Gestão, no âmbito das Unidades Técnicas da Secretaria de Controle Externo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO a importância de assegurar o alinhamento da atuação do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará às suas competências estabelecidas na Lei nº 12.509 de 06 de dezembro de 1995, atualizada pela Lei nº 16.819 de 08 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO a estrutura e as funções da Secretaria de Controle Externo (SECEX) e suas unidades, delineadas pela Resolução Administrativa nº 8/2019, publicada no DOE/TCE-CE de 26/08/2019 e

posteriormente atualizadas pelas Resoluções nºs 13/2021 e 01/2022, publicadas no DOE/TCE-CE de 22/07/2021 e 07/01/2022, respectivamente;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 16.920/2019, publicada no DOE-CE de 28 de junho de 2019, compete exclusivamente ao Presidente deste TCE/CE a atribuição e o arbitramento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), de que tratam os artigos 132, inciso IV, e 135, da Lei nº 9.826/1974, observados os parâmetros das hipóteses fáticas e dos limites fixados no Anexo X da Lei nº 16.920/2019;

CONSIDERANDO ser relevante estabelecer forma de organização das atividades e funcionamento da SECEX em unidades com maior quantidade de servidores e processos instruídos para revisão da chefia, observando o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a atuação das unidades técnicas desta Corte de Contas, consoante o mister de manter a qualidade, eficiência, continuidade e celeridade no serviço público prestado,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho de Celeridade de Instruções – Apoio à Gestão, no âmbito das unidades técnicas da Secretaria de Controle Externo (SECEX), com o objetivo principal de prestar suporte gerencial para promover maior celeridade nas instruções processuais.

Art. 2º Ficam designados os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para compor o Grupo de Trabalho de que trata o art. 1º, com as seguintes atribuições:

- a) prestar suporte gerencial com o fito de favorecer o bom desempenho das atividades técnicas da unidade onde estão lotados, em apoio à chefia;
- b) participar do planejamento operacional da unidade, auxiliando a elaboração de documento contendo, no mínimo, as demandas, os números dos processos, os prazos de conclusão, as complexidades e as pontuações a serem atribuídas às instruções que serão produzidas por servidor;
- c) promover a celeridade da atividade de instrução, atuando prioritariamente na atividade de revisão e orientação, garantindo o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos e a adequação das pontuações atribuídas aos documentos produzidos;
- d) atuar na atividade de instrução processual, conforme demandado pelo chefe de setor, e
- e) substituir a chefia imediata nos afastamentos até 30 dias, conforme demandado pela SECEX.

Parágrafo único. O servidor designado, após revisar o processo encaminhado pelo gestor da unidade, deverá assinar o documento técnico na qualidade de “revisor”, permanecendo a assinatura do gestor como “conferente”, ressalvada a hipótese da alínea “e” em que assinará somente como “conferente”.

Art. 3º Os participantes do Grupo de Trabalho farão jus ao valor da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) na forma do Anexo X da Lei nº 16.920/2019, publicada no DOE de 28 de junho de 2019, a partir da data da publicação desta Portaria.

Art. 4º Os servidores participantes do Grupo de Trabalho ficam obrigados ao cumprimento do regime de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, consoante fixado pelo §2º do art. 35 da Lei nº 16.920/2019.

Art. 5º Os gestores das unidades técnicas deverão enviar mensalmente à Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da SECEX, por meio de CI eletrônica, sempre no segundo dia útil do mês subsequente ao mês avaliado, relatório contendo as atividades de apoio gerencial desempenhadas pelo

servidor do Grupo de Trabalho, devendo indicar os processos que foram por ele revisados e a pontuação a que fez jus.

§1º A Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação realizará o registro no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Indicadores (SAGI) da pontuação relativa às atividades desempenhadas, com base nos relatórios apresentados pelos gestores, após a devida análise.

§2º A Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação elaborará a avaliação mensal de desempenho dos participantes do grupo de trabalho, propondo a SECEX as medidas necessárias para substituições quando restar evidente que os resultados esperados não serão atingidos.

Art. 6º Os servidores designados nesta Portaria atuarão sem prejuízo das atividades desenvolvidas em suas respectivas unidades de exercício, ressalvado o período de exercício da atribuição prevista no art. 2º, alínea “e”, desta Portaria.

Parágrafo único. A atividade de revisão, prevista no art. 2º, alínea “c”, desta Portaria, será realizada em até 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega da instrução técnica pelo servidor.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/03/2022, com vigência até 30/06/2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de fevereiro de 2022.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO – PORTARIA Nº 110/2022

Setor	Matrícula	Nome do Servidor
Assessoria de Instruções de Cautelares	1635-1	André Alves Pinheiro
Diretoria de Atos de Registro I	1413-3	Luiz Eduardo da Silva Albuquerque
Diretoria de Atos de Registro I	1578-5	André Renê Silva Lima
Diretoria de Atos de Registro II	0252-2	Raimunda Cláudia da Costa Guerreiro
Diretoria de Atos de Registro II	2004-4	Isabel Cristina Sabóia
Diretoria de Atos de Registro III	1776-9	José Alan de Sousa
Diretoria de Atos de Registro III	1743-4	Maria do Livramento Matos Bezerra
Diretoria de Contas de Gestão I	1375-6	Marcos Henrique Almeida Cordeiro
Diretoria de Contas de Gestão I	1528-5	Tathiane Lima da Silva Noronha
Diretoria de Contas de Gestão II	1565-6	José Feliciano Sobrinho
Diretoria de Contas de Gestão II	1613-1	Márcia Eloisa de Freitas Ribeiro
Diretoria de Contas de Gestão II	1668-6	Margarida Cláudia Alves
Diretoria de Contas de Gestão III	1655-7	José Ribeiro dos Santos
Diretoria de Contas de Gestão III	1756-3	Ivete Leitão Dias
Diretoria de Contas de Gestão III	1598-1	Manuel de Araripe Lopes Neto
Diretoria de Contas de Gestão IV	1579-2	Ana Patrícia Pierre Lima

Diretoria de Contas de Gestão IV	1710-9	Clóvis Freitas de Almeida Júnior
Diretoria de Contas de Gestão IV	1654-0	Dayse Freitas de Almeida
Diretoria de Contas de Governo	1340-7	Paulo Eduardo Juvêncio Neri
Diretoria de Contas de Governo	1656-4	Márcio Bezerra de Menezes Serpa
Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão I	1605-7	Raimundo Weliton de Lacerda Lima
Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão II	1389-2	Felipe Ramalho Bezerra
Diretoria de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Meio Ambiente	1692-8	Gustavo Pinheiro Moreira
Diretoria de Instrução de Recursos e Consultas	1451-1	Lorena Lyra
Diretoria de Instrução de Recursos e Consultas	1734-3	José Aldemy Ribeiro da Silva Júnior
Diretoria de Instrução de Recursos e Consultas	1968-3	Morganna de Sousa Cavalcante
Diretoria de Fiscalização de Temas Especiais I	1964-5	Lucas de Sousa Duarte
Diretoria de Fiscalização de Temas Especiais II	1355-0	Pedro Humberto Rocha Filho
Secretaria de Controle Externo	1044-8	Daniel do Vale Dantas

*** **

PORTARIA Nº 111/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93, que estabeleceu normas gerais de licitações e contratos administrativos, dispõe em seu art. 67 que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado”,

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor OTONIEL NUNES DE SOUSA LIMA, matrícula nº 2198-3, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato abaixo especificado:

CONTRATO Nº 07 /2022

PROCESSO Nº 02815/2022-6

CONTRATADA: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.308.480/0001-22.

OBJETO: aquisição de 01 (um) certificado digital web do tipo Wildcard SSL/TLS OV para o domínio “tce.ce.gov.br”, com validade de 12 (doze) meses e reemissão gratuita e garantida por mais 12 (doze) meses durante toda a validade do certificado.

Art. 2º Em caso de ausência do servidor designado por quaisquer motivos, responderá pela gestão do referido instrumento o seu substituto legal, pelo período em que se der a substituição.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará até o término da vigência do Contrato acima especificado, e/ou da respectiva garantia contratual, quando couber.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de fevereiro de 2022.